



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

ASSUNTO **Div. 40/2017 - Projeto *A Carta dos Direitos Fundamentais***
“em ação” - Observatório Permanente da Justiça Portuguesa

DATA: 01-02-2017

DIVULGAÇÃO N.º 40/2017

Exmo(a) Senhor(a):
Juiz(a) Conselheiro(a)
Juiz(a) Desembargador(a)
Juiz(a) de Direito

A pedido do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, e no âmbito do Projeto em epígrafe, procede-se à divulgação do inquérito solicitando-se que, querendo, procedam ao seu preenchimento até dia 20 de fevereiro de 2017.

De acordo com o expediente que se anexa, o inquérito é online e encontra-se acessível através da seguinte hiperligação: <http://inqueritos.ces.uc.pt/index.php/619893/lang-pt>

O inquérito é totalmente anónimo, não sendo recolhidos quaisquer dados pessoais dos/as participantes. A resposta ao inquérito é muito breve e são necessários apenas 10 minutos para o fazer. Após o seu preenchimento, os/as senhores/as magistrados/as judiciais devem apenas clicar em "submeter" para validar as suas respostas.

Com os melhores cumprimentos.

Carlos Castelo Branco
Juiz Secretário do CSM



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Rua Mouzinho da Silveira, n.º 10, 1269-273 Lisboa
+351 21 32 200 20
juiz.secretario@csm.org.pt | www.csm.org.pt



Ex.mo Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura,

Juiz Conselheiro Dr. Mário Belo Morgado,

As minhas melhores saudações,

O Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, encontra-se a desenvolver, como entidade coordenadora, o projeto *A Carta dos Direitos Fundamentais "em ação"*, financiado pela Direção-Geral de Justiça da Comissão Europeia, em parceria com o Instituto de Direitos Humanos da Catalunha (Espanha), a Universidade de Utrecht (Holanda) e a Universidade de Szczecin (Polónia).

O objetivo geral deste projeto consiste em desenvolver um programa de formação dirigido a magistrados/as judiciais, magistrados/as do Ministério Público e advogados/as, proporcionando um conhecimento aprofundado sobre o quadro jurídico dos direitos fundamentais no espaço europeu e, em especial, sobre as implicações concretas da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, contribuindo ainda para o intercâmbio de boas práticas. Além do programa formativo, está previsto o desenvolvimento de um Manual de Formação para apoiar a organização de futuros programas de formação em todos os Estados-Membros, um Manual de Boas Práticas para ser utilizado por atores judiciais e uma plataforma web com informações relevantes no âmbito desta matéria, procurando promover a partilha de experiências e de boas práticas.

No que respeita aos/às senhores/as magistrados/as judiciais, o projeto prevê o desenvolvimento das seguintes ações de formação e de intercâmbio de boas práticas:

- a) Curso de formação presencial dirigido a magistrados judiciais – 25 participantes; duração: 16 horas (2 dias).
- b) Curso de formação *e-learning* dirigido a magistrados judiciais – 25 participantes (os mesmos que frequentaram a formação presencial); duração: 30 horas (o total de horas inclui o tempo de estudo e o tempo, o que significa que o curso estará aberto online durante cerca de 1 mês e meio).
- c) Seminário final conjunto dirigido a magistrados judiciais, magistrados do Ministério Público e advogados – total: 75 participantes (25 magistrados judiciais, 25 magistrados do Ministério Público e 25 advogados que frequentaram a formação presencial e a formação *e-learning*); duração: 8 horas (1 dia).
- d) 2 *Workshops* de intercâmbio de boas práticas (Holanda e Polónia) – 5 participantes de Portugal em cada workshop (a seleccionar entre os participantes nos cursos de formação – magistrados judiciais, magistrados do Ministério Público e advogados); duração: 8 horas (1 dia).

Antes do início do programa de formação e tendo como objetivo melhor preparar as orientações e os conteúdos dos diferentes programas de formação, **pretendemos aplicar o inquérito em todos os países parceiros (traduzido nas línguas nacionais), aos atores judiciais**

(magistrados judiciais e do Ministério Público e advogados) com o propósito de conhecer as necessidades de formação nesta matéria permitindo, assim, adaptar o programa às necessidades específicas das diferentes profissões jurídicas de cada país.

No que respeita à seleção dos formandos para a frequência das ações de formação, essa seleção será feita pelo CSM, em colaboração com o Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais. O projeto prevê a seleção de um grupo de vinte e cinco magistrados judiciais que, no exercício das suas funções, se confrontem com a aplicação dos instrumentos de proteção dos direitos fundamentais na União Europeia, em especial, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; magistrados judiciais que pretendam adquirir formação especializada no âmbito desta temática; e/ou magistrados judiciais, em geral, com especial interesse pelo quadro jurídico dos direitos fundamentais e da sua aplicabilidade. Estamos a ultimar a definição do perfil dos formandos e os critérios de seleção (comuns a todos os países parceiros) em articulação com os parceiros deste projeto. Assim que tivermos esses critérios definidos, enviaremos a V.Exa solicitando a colaboração na seleção dos senhores/as magistrados/as judiciais que frequentarão o programa de formação.

A frequência das ações de formação não implica quaisquer custos para os formandos, estando assegurado o pagamento das despesas de deslocação.

Seguindo a metodologia usada em outros inquéritos similares, solicitamos a colaboração do CSM na divulgação do inquérito junto dos/as senhores/as magistrados/as judiciais.

O inquérito é online e encontra-se acessível através da seguinte hiperligação: <http://inqueritos.ces.uc.pt/index.php/619893/lang-pt>

O inquérito é totalmente anónimo, não sendo recolhidos quaisquer dados pessoais dos/as participantes. A resposta ao inquérito é muito breve e são necessários apenas 10 minutos para o fazer. Após o seu preenchimento, os/as senhores/as magistrados/as judiciais devem apenas clicar em "submeter" para validar as suas respostas.

O envio das respostas será até ao próximo dia 20 de fevereiro.

Estamos naturalmente ao dispor para a realização de uma reunião ou para prestar por outra via os esclarecimentos que V.Exa. considere relevantes,

Despeço-me, na expectativa de uma resposta positiva, com as minhas saudações mais cordiais, reiterando os nossos votos de Bom Ano de 2017,

Conceição Gomes

Investigadora do Centro de Estudos Sociais

Coordenadora Executiva do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJ)

Coordenadora da Unidade de Formação Jurídica e Judiciária (UNIFOJ)

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

email: cgomes@ces.uc.pt

telef: (+351) 239 855 572

Largo D. Dinis- Apartado 3087

3001-401 Coimbra